

## **Doença, martírio e extinção: Sobre as relações entre humanos e macacos-prego mediadas pelo surto de febre amarela no Brasil**

Eliane Sebeika Rapchan

UEM – Paraná - Brasil

**Resumo:** O objetivo dessa reflexão é tratar do lugar que as abordagens sobre animais e sobre as relações entre humanos e animais têm ocupado na antropologia contemporânea, a partir das categorias “semelhança” e “diferença” em relação aos fenômenos associados à saúde e à doença. Para isso, pretende-se analisar o caso particular das ações populares frente ao surto de febre amarela no Brasil em 2018 que, ao associarem o contágio pela doença aos macacos-prego, promoveram ataques violentos e mortes dos animais. Tal análise pretende explorar alguns dos caminhos trilhados na constituição de categorias como natureza, cultura e natureza humana, bem como as brechas existentes nessas categorias, para tratar da desconstrução do sujeito unitário e racional, projeto do pensamento moderno ocidental, buscando outros caminhos, que sugerem reflexões transversais, a partir da crítica aos processos de subordinação entre categorias de pensamento pré-fixadas e a fim de explorar os mecanismos de emergência e tratamento teórico da produção histórico-social das concepções de humano e de animal.

**Palavras-chave:** primatas tropicais, comunidades híbridas, conflito

**Introdução:** Humanos e macacos – parceiros na doença e na morte

O Brasil vive, atualmente, o maior surto de febre amarela já registrado em sua história tanto em termos de extensão do território atingido pela doença quanto por sua periculosidade. A febre amarela é uma doença que afeta tanto humanos quanto primatas não-humanos. Segundo informações veiculadas pela Fiocruz; “A **febre amarela** é uma doença infecciosa grave, causada por vírus e transmitida por vetores. Geralmente, quem contrai este vírus não chega a apresentar sintomas ou os mesmos são muito fracos. As primeiras manifestações da doença são repentinas: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias. A forma mais grave da doença é rara e costuma aparecer após um breve período de bem-estar (até dois dias), quando podem ocorrer insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. A maioria dos infectados se recupera bem e adquire imunização permanente contra a febre amarela.” (<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>).

A febre amarela é endêmica da região amazônica, mas tem se expandido para outras regiões do país nos últimos anos. Além da expansão territorial, o número de casos tem aumentado, bem como

a mortalidade da doença. Desde 2011, quando, segundo dados do Ministério da Saúde, o número de casos humanos saltou de pouco mais de 300 para 800 e a doença se tornou mais letal pois as mortes, entre os atingidos pela doença, cresceram e passaram de 40% para 100% (Ministério da Saúde/SUS, 2018)!

Essa expansão da febre amarela pelo território nacional redesenha, ao menos, dois mapas. Um deles é o da própria incidência da doença que tem se espalhado pelo centro-oeste (entre 2015 e 2016) e pelo sudeste (entre 2016 e 2017), inclusive entre os meses de julho a setembro quando as baixas temperaturas e a redução dos índices pluviométricos tenderiam a restringir os focos da doença. O outro mapa expressa a difusão da doença entre humanos e primatas não-humanos ameaçando, em áreas silvestres, indivíduos pertencentes a espécies sob o risco de extinção.

Esse segundo mapa interessa, em particular, porque expressa a aproximação entre humanos e outros primatas enquanto vítimas de um mesmo surto de uma doença gravíssima e que está se tornando mais agressiva. A intenção desse trabalho é provocar reflexões sobre os registros publicados pela imprensa, por órgãos oficiais e coletivos de cientistas acerca de reações humanas frente aos macacos em regiões contaminadas pela febre amarela a fim de expandir os horizontes de reflexões sobre as relações entre humanos e não-humanos.

### **A dupla vitimização dos macacos**

O surto de expansão da febre amarela demarca duas faces trágicas das relações entre humanos e macacos no Brasil contemporâneo. Uma delas define-se a partir de certas semelhanças imunológicas entre espécies do mesmo filo. Somos todos primatas e, assim, compartilhamos algumas fragilidades a certas doenças. Assim, como os humanos, todos os primatas tropicais são suscetíveis ao contágio pela doença. E, entre eles, espécies que se encontram sob risco de extinção.

Bugios e guaribas (do gênero *Allouatta*), saguis e micos (do gênero *Callithrix*) e os macacos-prego (do gênero *Sapajus*) também são vítimas frequentes da febre amarela no Brasil. Segundo Leandro Jesusalinsky, coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), os macacos-prego têm apresentado maior resistência e sinalizam a aquisição de resistência mais facilmente. Para as outras espécies, infelizmente, o contágio é frequentemente fatal (ICMBio, 18/01/2018).

O impacto das agressões fatais dos humanos contra os macacos associado ao contágio é tão alto que, por exemplo, no Rio Grande do Sul, devido ao surto ocorrido entre 2008 e 2009, ainda de acordo com Jesusalinsky, milhares de bugios pretos e ruivos morreram. Isso elevou os índices de risco de extinção em certas áreas, mesmo no caso das unidades de conservação ambiental (ICMBio, 18/01/2018). Além desses, outros habitantes da Mata Atlântica, como o macaco-prego-de-crista, além do miqui do sul e do norte também estão sob riscos mais altos de desaparecimento.

Além das ameaças decorrentes do próprio contágio, esses mesmos primatas estão também ameaçados pelo risco de sofrer agressão dos humanos. Assim, um outro tipo de relação, a de proximidade geográfica entre humanos e macacos tropicais, tem levado humanos a atacar e matar macacos. Os humanos agressores parecem acreditar que a eliminação dos macacos pode evitar o contágio pela doença.

Diante desse quadro, vários órgãos têm vindo a público para divulgar informações que visam proteger as vidas dos macacos ameaçados por humanos enfatizando que os macacos são vítimas como nós. Eles não são vetores transmissores da doença. Assim, deflorestar ou matar os macacos, práticas que estão se tornando crescentemente comuns, não reduzem o surto da doença. Ao contrário, os macacos funcionam como uma espécie de “sentinela” facilitando a identificação dos locais onde há focos de febre amarela (ICMBio, 18/01/2018).

O informe 43/2017 do Ministério da Saúde do Brasil, a febre amarela promoveu, entre humanos, de dezembro de 2016 a maio de 2017, 435 óbitos, 274 confirmados, configurando um índice de letalidade de 34,5%. O mesmo relatório informa que, no mesmo período, foram encontrados 5.553 macacos mortos pela doença. Contudo, como observa o primatólogo Danilo Simonini da Sociedade Brasileira de Primatologia (SBPr), esse número não contabiliza os animais mortos na mata, e não encontrados, nem os animais que foram contaminados, mas foram mortos por humanos e não pela doença.

Outro dado importante para compor esse cenário diz respeito à possibilidade de vacinação dos macacos pregos contra a febre amarela. Há um debate entre alguns virologistas e médicos e o estado brasileiro em relação a essa possibilidade. De um lado, os cientistas defendem que a vacinação dos macacos poderia não só atenuar o surto como reduzir futuros ciclos epidêmicos da doença. De outro lado, o Ministério da Saúde informa que não há vacina licenciada para aplicação em animais e que, para viabilizar isso, seria necessário fazer investimentos, o que demandaria análises sobre as relações entre custo e eficiência da medida (Manir, 2017). Já os cientistas reconhecem, entre as dificuldades, os problemas relacionados à inoculação da vacina, mas defendem as vantagens decorrentes de esforços dirigidos à vacinação dos macacos.

## **Humanos *versus* macacos**

O panorama descrito apresenta uma faceta do cenário onde se desenrola o conflito deflagrado entre humanos e macacos no Brasil. Os macacos, responsabilizados pelo contágio da febre amarela, tornam-se alvos e vítimas da agressividade dos humanos moradores ou turistas nas áreas ocupadas pela mata atlântica. Entre as práticas identificadas destacam-se o abandono, sem planejamento, de macacos adotados por medo injustificado de contágio, segundo a bióloga Juliana Summa, diretora da Divisão de Fauna Silvestre da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo

(Manir, 2017). O mesmo foi observado em outros estados das regiões sul e sudeste. Além disso, o ataque sistemático, com o intuito de afugentar ou matar, dirigido a macacos vistos nas vizinhanças de áreas onde circulam humanos.

Desde a década de 1970, muitas cidades brasileiras expandiram-se em direção às franjas de florestas tropicais. Essa expansão forçou o convívio entre humanos e espécies silvícolas, entre elas os macacos. Há algumas décadas, a expansão das práticas de educação ambiental e as campanhas voltadas ao grande público em favor da proteção da natureza, apesar de seu caráter predominantemente conservacionista e genérico, surtiram efeitos sobre a população urbana brasileira em favor da valorização da flora e da fauna e no sentido de estimular ações de proteção e comportamentos afetivos em direção aos animais e plantas selvagens.

O que chama a atenção nessas práticas é, principalmente, a agressividade dos humanos. O que promoveu a ruptura desse “contrato” social(Lestel, 2011)?

### **Do amor à natureza ao ódio pelos macacos: Quando tudo mudou?**

Illana Löwy (2006), descreve um mundo tropical castigado pela febre amarela que transpõe as fronteiras modernas entre ciência e política. Ao estudar um dos momentos críticos da infestação da doença no Brasil e as medidas de saúde pública adotadas para combatê-la, a autora sinaliza o quanto as medidas relativas às práticas da saúde pública não se restringem à técnica médica e transbordam para os planos da vida social, da cultura local e da política propriamente dita.

Esse momento, segundo a autora (Löwy, 2006), marcado por uma cultura da violência tão familiar à sociedade brasileira, pautou-se em práticas caracterizadas por metáforas expressivas das práticas adotadas como: a organização militar das brigadas de combate ao mosquito formadas por um “exército permanente em campo” que agia motivado por um “fanatismo quase religioso”, expressam o caráter de guerra religiosa assumido pelas práticas de enfrentamento dos focos do mosquito transmissor da doença, na primeira metade do século XX.

Gostaria de reter aqui a possibilidade de que tenha ocorrido a fixação de uma memória popular segundo a qual o combate à febre amarela se deu através de uma guerra. Aprofundar a hipótese de que a solução para o problema da doença demanda, necessariamente, de práticas violentas dependerá de pesquisa futura. Entretanto, faz algum sentido considerar que a agressividade observada no comportamento das pessoas contra os macacos no Brasil, aproximadamente um século depois do início das políticas nacionais de combate à doença, podem ser ecos de uma maneira social de lidar o problema.

Ao longo da segunda metade do séculoXX, há dois marcos na história do Brasil do século XX que apontam para uma trégua nos conflitos que envolvem humanos, a febre amarela, os mosquitos e os macacos tropicais nativos. Os registros históricos da saúde pública no Brasil apontam que, em 1942, a febre amarela foi extinta das áreas urbanas do país e concentrou-se, a partir de então, principalmente,

nas florestas do norte, nordeste e centro-oeste do país. Já os registros sobre a história de educação brasileira informam que a lei 9.795/99 de 1999 normatiza a Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de promover “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Gimenes, 2018, p. 32).

Assim, mesmo que de forma não-sistemática, tanto a escola quanto a mídia dedicaram-se, nas décadas mais recentes, e anteriores ao recente surto de febre amarela do qual estamos tratando aqui, a divulgar conteúdos que valorizavam interações mais harmônicas entre humanos e seus meios, o que incluía os primatas nativos, particularmente os primatas sob risco de extinção, como o mico leão dourado, por exemplo. Tais animais passaram assim a ser reconhecidos como “espécies de valor ambiental” e sua simbiose simbólica com a própria natureza expressavam um apego das populações urbanas brasileiras com os ideais de proteção da natureza, num sentido amplo.

Dada a expansão das áreas urbanas em termos territoriais e populacionais desde os grandes processos migratórios no sentido campo-cidade iniciados na década de 1970, decorrentes das profundas transformações ocorridas no universo rural brasileiro, verifica-se, em cidades, a formação de comunidades híbridas constituídas por humanos e outros animais, inclusive os macacos. Esses macacos, por sua vez, diante da expansão da urbanização sobre seus territórios de perambulação e graças à sua plasticidade comportamental, adaptaram-se às mudanças nos meios e aos seus novos vizinhos, inclusive aos primatas grandes que se auto-denominam como humanos.

As comunidades híbridas formadas entre humanos e animais selvagens constituem-se a partir do estabelecimento de vínculos de solidariedade interespecíficos. Lestel (2011, p. 42-43) sinaliza que esse tipo de solidariedade “é crucial para o estabelecimento das comunidades humanas”. Essas comunidades que, segundo o autor, não se sustentam a partir das regras do “contrato social” porque não se baseiam no agrupamento de iguais e na manutenção de suas garantias, mas no agrupamento de diferentes e na garantia de que suas diferenças serão protegidas e respeitadas (Lestel, 2011).

No Brasil, o reconhecimento e a aceitação da presença de macacos selvagens em áreas urbanas foi, portanto, fortemente mobilizado pelos discursos dos movimentos ecológicos que promoveram um tipo novo de relação com os animais: “Nem amansamento, nem domesticação ou adestração, a abordagem ecologista remete à *preservação*, a um movimento que participa da pós-caça selvagem e da pós-domesticação, a uma maneira sutil de deixar os animais habitar nossas cidades e nossa linguagem, dupla condição de uma coabitação na comunidade dos homens.” (Lestel, 2011, p. 42).

Assim, o fundamento dessas comunidades estabeleceu-se a partir de certos princípios como: o apego e as práticas de preservação de certas espécies implicavam na defesa da natureza, já que as comunidades híbridas alicerçavam-se sobre um interesse comum, garantir que a natureza do país continuasse viva e intacta, na medida do possível. Assim, as “possibilidades nutritivas” associadas aos “interesses de produção e de reprodução”, bem como aos interesses “intelectuais” (Lestel, 2011)

cimentaram afetos, discursos e ações dos humanos em favor dos macacos.

Sendo assim, as perguntas que podemos produzir são produzidas a partir da ruptura desses contratos de sociabilidade que tem levado uma das partes – os humanos – a agirem de modo a gerar sofrimento, desproteção ou morte para a outra parte – os macacos. O que justifica essas mudanças bruscas em relação a esses “outros” que, até há pouco, representavam positivamente a natureza e eram bons parceiros para o convívio social.

O que ocorreu? Preservar a natureza deixou de ser importante porque há outras prioridades, como resolver demandas imediatas de sobrevivência, promovidas pela recente crise econômica pela qual passa o país? De onde vem o medo dos macacos, se as autoridades da área de saúde procuram divulgar em todos os meios de comunicação que os macacos não são vetores da febre amarela, mas vítimas, exatamente como os humanos? Os cientistas perderam a autoridade diante da crise nacional? Quais são os valores sociais que estão em transformação nessa sociedade?

Ou, por outro lado, as ações violentas são motivadas pela recuperação de uma memória, produzida durante as práticas estatais de combate à doença adotadas no século passado, que expressa um tipo de relação com a natureza na qual o risco é combatido por meios da agressão e a erradicação da doença depende de os humanos travarem uma guerra?

Tais perguntas, elaboradas no processo de confecção desse manuscrito, e imersas nos processos recentes de transformação do cenário nacional, demandam retorno ao campo e a rearticulação dos sujeitos, humanos e não-humanos, envolvidos no conflito.

Minha sugestão, como ponto de partida para essa reflexão, é que a perseguição e ataque em massa aos macacos verificadas no Brasil nos últimos anos sinalizam uma ruptura no estatuto de “igualdade” forjado nas comunidades híbridas que haviam se constituído nas últimas décadas no país, do mesmo modo que um abandono de certos valores associados à importância vital da proteção do patrimônio ambiental nacional:

“A questão central colocada pela noção de comunidade híbrida é a seguinte: o que significa a ideia de um “contrato social” entre criaturas diferentes, considerando-se que algumas falam, outras mal se comunicam, mas todas compartilham interesses e sentidos? A possibilidade de um compartilhamento de sentidos entre homens e animais não se reduz, aliás, a um compartilhamento da compreensão. A filosofia política pensou sobretudo uma sociedade de iguais e negligenciou as comunidades nas quais os membros não podem ser essencialmente iguais, já que alguns têm acesso à linguagem e outros não. É interessante observar que uma das maiores estratégias para fazer com que os animais sejam aceitos nas comunidades híbridas é a de estabelecer um estatuto de “igualdade”, quer dizer, de uma igualdade moral e jurídica que resulte de sua competência intelectual. Enfim, essas comunidades híbridas se apoiam na organização de práticas e cooperações compartilhadas que são negociáveis, mas não discutíveis.” (Lestel, 2011, p. 46-47).

## **Bibliografia**

Fiocruz. Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos. Bio-Manguinhos. <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>.

Gimenes, P. S. Óleo comestível usado e Educação Ambiental Crítica: Experiências com uma sequência didática no Ensino Fundamental. Dissertação – Prifciamb, UEM - campus Goioerê, 2018.

ICMBio. Instituto Chico Mendes. MMA.Febre amarela: macacos não transmitem a doença. 18/01/2018. <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9416-febre-amarela-macacos-nao-transmitem-a-doenca>

Lestel, D. A animalidade, o humano e as "comunidades híbridas". In Maciel, M.E. (org.) pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

Löwy, I. Vírus, mosquito e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Scielo Books/Ed. Fiocruz, 2006.

Manir, M. Por que o Brasil não vacina os macacos contra a febre amarela? BBC Brasil, 11/12/2017. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42269138>

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Informe 43/2017.

SUS/Ministério da Saúde. Monitoramento do Período Sazonal da Febre Amarela Brasil – 2017/2018, Informe no. 10, 2017/2018, 23 de janeiro de 2018.